

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.957 - CE (2019/0130247-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : CONSTRUTORA G & F LTDA
EMBARGANTE : ALEXANDRE CARLOS DE ABREU CAMILO
EMBARGANTE : WLADIMIR MOREIRA DA SILVA
EMBARGANTE : GENTIL NEWTON EVARISTO LINHARES
ADVOGADOS : ROMMEL BARROSO DA FROTA - CE013921
FRANCISCO ERNANDO UCHOA LIMA SOBRINHO -
CE010054
FRANCISCO DIAS DE PAIVA FILHO E OUTRO(S) - CE015324
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : JOSE MARIA SABINO
INTERES. : FRANCISCO ALDO ARAUJO
INTERES. : FRANCISCO JOSE NOGUEIRA DE LIMA
INTERES. : JOSE AURICELIO VITAL JUNIOR
INTERES. : SAMUEL BRITO OLIVEIRA
INTERES. : JOSE AURELIO JUNIOR
INTERES. : ALEXANDRA HELAINE LOPES

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por CONSTRUTORA G&F LTDA E OUTROS à decisão de fls. 326/327, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

Com efeito, V. Exa. entendeu ser intempestivo o recurso especial dos ora embargante, tendo, contudo, deixado involuntariamente de observar que o Tribunal local havia certificado a tempestividade da dita insurgência, como mostra o documento de fl. 308 e-STJ na qual é possível ler o seguinte.

[...]

Nesse sentido, sendo certo que este Superior Tribunal entende que “os atos praticados pelos serventuários da Justiça gozam de fé pública e presunção de veracidade, devendo permanecer válidos enquanto não houver declaração de nulidade, a qual não prejudicará a parte de boa-fé” (AgRg no AREsp 91.311/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/2012, DJe 01/08/2013), desnecessária a demonstração, por parte do peticionante, da existência de qualquer outra influência de datas comemorativas, feriados etc. na contagem do prazo, haja vista a certificação da tempestividade da sua insurgência (fls. 331/332).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes

Superior Tribunal de Justiça

aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

De acordo com a jurisprudência do STJ, "o juízo de admissibilidade do recurso especial é bifásico. A decisão proferida pelo Tribunal de origem não vincula o Superior Tribunal de Justiça na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial. Isso porque compete a esta Corte, órgão destinatário do recurso especial, o juízo definitivo de admissibilidade" (AgInt no REsp n. 1.684.240/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/2/2018).

Do mesmo modo, certidão lavrada por servidor público ou pelo sistema nos autos do processo que atesta a tempestividade do recurso não impede o reexame desse requisito pelo STJ. Nesse sentido: AgRg no REsp n. 770.786/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 8/3/2010; e AgRg no AREsp n. 703.592/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 26/8/2015.

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

